

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
90008/2025

**CONTRATANTE (UASG)**  
170116

**OBJETO**

Contratação de serviços contínuos de engenharia, de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores da IRF/Campos dos Goytacazes (IRF/CGZ)

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
R\$ 428.974,80

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 29/10/2025 às 10:00 horas (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço global

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	20
10. DOS RECURSOS .....	21
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	25
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	25

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008 /2025**

*Processo Administrativo nº 10707-720.166/2025-17*

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), por meio da Equipe Regional de Licitações, sediada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 3º andar, Centro (Rio de Janeiro/RJ), realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação do **serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspeção da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goycatazes (IRF/CGZ)**, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



- 2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6.** Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.6.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.6.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



**2.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**3.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



- 4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.5.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 4.5.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 4.5.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 4.5.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.5.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.5.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 4.5.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 4.5.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 4.5.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - 4.5.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
  - 4.5.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:





- 4.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1.** valor unitário do item;
- 5.1.1.1.** O valor unitário do item corresponde ao valor mensal do serviço.
- 5.1.1.2.** O valor unitário do item deverá refletir a soma dos Subitens 1.1 e 1.2, sendo o item 1.2 invariável, conforme valores constantes da tabela abaixo:

ITEM	SUBITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL 5 ANOS
------	---------	-------------------	------------------------------	------------	--------------	---------------------





1	1.1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças conforme listagem taxativa	Serviço mensal	60		
	1.2	Ressarcimento de gastos com compra de peças não incluídas em listagem taxativa	Serviço mensal	60	R\$ 4.349,58	
					<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL</b> = <b>Somatório Subitem 1.1 + Subitem 1.2</b>	Somatório Subitem 1.1 + Subitem 1.2

**5.1.1.3.** O valor informado no sistema deverá corresponder aos valores que constam na Planilha de Custos e Formação de Preços do licitante.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



- 5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10,00 (dez reais).
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.18.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.19.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).
- 6.19.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.



**6.19.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.19.4.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.19.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.19.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.19.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.21.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.21.2.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.21.3.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.22.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- 6.22.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2.** empresas brasileiras;
- 6.22.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.23.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.24.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 6.24.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.24.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.24.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.24.5.** O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.24.6.** É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



**6.25.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

**7.1.3.** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**7.2.1.** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.





**7.5.1.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1.** conter vícios insanáveis;
- 7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.9.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.9.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.10.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



**7.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.12.1.** A Planilha deverá ser apresentada seguindo o modelo da Administração, na forma do Anexo III deste Edital.

**7.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de



29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**8.10.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado previamente, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**8.10.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



- 8.11.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf e Cadin, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.12.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.12.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.13.** A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.13.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.13.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.14.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.14.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:
- 8.15.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;



- 8.15.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.15.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.16.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.17.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.
- 8.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

- 9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no



prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**9.4.** Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**9.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**9.6.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**9.6.1.** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**10.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.





- 10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico 2025 - Receita Federal.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1.** fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
  - 11.1.2.** salvo em decorrência de em especial quando:
    - 11.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 11.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
    - 11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 11.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 11.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 11.1.6.** fraudar a licitação;
  - 11.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 11.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 11.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 11.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.





- 11.1.8.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
    - 11.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
  - 11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
    - 11.2.1.** advertência;
    - 11.2.2.** multa;
    - 11.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
    - 11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
  - 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
    - 11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
    - 11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
    - 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
    - 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
    - 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - 11.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
    - 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.1 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
    - 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
  - 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
  - 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
  - 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.1 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



**11.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail ***rf07.dipollicita@rfb.gov.br***.

**12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

**12.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [2025 - Receita Federal](#).

**13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**13.11.1.** Anexo I - Termo de Referência;

**13.11.2.** Anexo II – Modelo de Proposta de Preço;

**13.11.3.** Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços de Referência da Administração;

**13.11.4.** Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;

**13.11.5.** Anexo V – Modelo de Declaração de Ausência de Nepotismo;

*datado e assinado digitalmente por*

**Márcia Rita Coluchi Cavalcante**

Chefe da DIPOL/SRRF07

**AUTORIDADE COMPETENTE**



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL**  
(Processo Administrativo nº 10707-720.166/2025-17)

**ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviço **contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goycatazes**, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos e o atendimento emergencial, pelo período de 5 (cinco) anos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO = VALOR MENSAL	VALOR ESTIMADO GLOBAL 5 ANOS
1	Serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goycatazes	3557	serviço por mês	60	R\$ 7.149,58	R\$ 428.974,80

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum de engenharia, cujas ações são objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. (Lei 14.133/2024, art. 06, XXI, a).

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de contratação para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de uma necessidade permanente do edifício da



IRF/Campos dos Goytacazes, considerando que sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

#### **Prazo de vigência**

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Administração necessita assegurar o perfeito funcionamento de seus elevadores, tendo em vista a sua essencialidade, garantindo-se, dessa forma, o adequado desempenho das atividades do órgão, o funcionamento regular dos imóveis e a saúde e segurança dos usuários dos equipamentos em questão.

Atualmente, a IRF/Campos dos Goytacazes (IRF/CGZ) não possui contrato vigente para esse objeto, pelo que, torna-se necessária a realização de certame licitatório para atender a IRF/Campos dos Goytacazes, devendo sua vigência iniciar o mais rápido possível.

Os quantitativos a serem contratados encontram-se pormenorizados neste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

*ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000009/2025;*

*Data de publicação no PNCP: 15/04/2024;*

*Id do item no PCA: 71;*

*Classe/Grupo: 546 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO;*

*Identificador da Futura Contratação: 170116-72/2025.*

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A solução escolhida para atender a necessidade da Administração é a contratação de empresa para a prestação do serviço de manutenção aos elevadores da IRF/CGZ de forma continuada.

**3.2.** A empresa que vier a ser contratada deverá estar vinculada ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Técnicos Industriais (CRT).

**3.3.** A empresa que vier a ser contratada será responsável por:



- 3.3.1. Pela manutenção preventiva;
- 3.3.2. Pela manutenção corretiva;
- 3.3.3. Pelo fornecimento de peças, componentes e insumos;
- 3.3.4. Pelo atendimento emergencial.

3.4. O serviço será prestado de forma preventiva (serviços obrigatórios a serem executados com rotina e periodicidade estabelecidos) e de forma corretiva (serviços a serem realizados imediatamente após a detecção do problema – aleatoriamente ou durante uma preventiva; ou conforme a solicitação de demanda - de forma programada ou emergencial), incluindo todo o material, peças e mão de obra necessários.

3.5. O serviço objeto da contratação será prestado sem o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
  - a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
  - b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - c) Racionalização/economia no consumo de energia e água;
  - d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
  - e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e





f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica

**4.1.2.** Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços quando couber, de forma a não frustrar o caráter competitivo do certame, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008

### **Subcontratação**

**4.2.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**



**4.3.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido à natureza dos serviços licitados, os quais a inexecução do serviço não gera obrigação de pagamento.

#### **Vistoria**

**4.4.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 às 16:00 horas.

**4.4.1.** A vistoria deverá agendá-la previamente pelo e-mail *rf07.dipollicita@rfb.gov.br*.

**4.5.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.6.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.7.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.8.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Instalação de sede operacional**

**4.9.** Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua unidade operacional mínima, no município de Campos dos Goytacazes, sendo sua necessidade justificada pelas questões de suporte logístico dos serviços, como a armazenagem de materiais e equipamentos, o transporte de pessoas e cargas, e a eficiente organização do fluxo de trabalho, uma vez que a demora no atendimento dos chamados podem acarretar danos à integridade física dos usuários dos elevadores, bem como ao adequado desempenho das atividades do Órgão.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Disposições gerais:**

**5.1.** Normas e Legislação de Referência – Os serviços a serem executados e os materiais empregados na execução deverão obedecer ao seguinte:



- 5.1.1. ABNT NBR 16083:2012 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — Requisitos para instruções de manutenção;
  - 5.1.2. ABNT NBR 16042:2012 - Elevadores elétricos de passageiros — Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinas;
  - 5.1.3. ABNT NBR 16858:2022 – Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação - Parte 7: Melhoria da segurança de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas existentes
  - 5.1.4. ABNT NBR NM 313:2007 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
  - 5.1.5. ABNT NBR NM 196:1999 – Elevadores de passageiros e monta-cargas – Guias para carros e contrapesos – Perfil T;
  - 5.1.6. ABNT NBR NM 207:1999 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;
  - 5.1.7. ABNT NBR 14364:1999 – Elevadores e escadas rolantes – Inspetores de elevadores e escadas rolantes – Qualificação;
  - 5.1.8. ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
  - 5.1.9. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
    - 5.1.9.1. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
    - 5.1.9.2. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
    - 5.1.9.3. NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
    - 5.1.9.4. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
    - 5.1.9.5. NR-23: Proteção Contra Incêndios;
    - 5.1.9.6. NR-33 Medidas de Segurança em Espaços Confinados;
    - 5.1.9.7. NR-35 Trabalho em Altura;
  - 5.1.10. Também deverão ser observadas todas as orientações do fabricante do equipamento;
  - 5.1.11. Deverão ainda ser observadas, durante a vigência do contrato todas as leis, normas, códigos de posturas federais, estaduais e municipais, normas infra legais e manual do fabricante.
- 5.2. Definições básicas:
- 5.2.1. RESPONSÁVEL TÉCNICO – profissional responsável pelos serviços registrado no CREA ou no CRT.



5.2.2. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.2.3. Manutenção Preventiva - manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um ativo. Tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança.

5.2.4. Manutenção Corretiva - manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida. Tem por objetivo o restabelecimento ou readequação dos componentes dos equipamentos e sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, restabelecimento com a substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, entre outros procedimentos que se façam necessários.

### Especificação dos equipamentos

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes equipamentos:

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES <i>IRF/Campos dos Goytacazes</i> <i>Av. Rui Barbosa nº 975 - Centro</i> <i>Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro</i>		
EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	QTDE
Elevador Eletromecânico	Elevadores de passageiros, marca Kone, com serviço de ascensorista, indicação de posição e de movimento (setas) sonoro na cabina, barra de reversão eletrônica, cancelamento de chamadas falsas, luz de emergência e porta de pavimento com abertura central. a) Quantidade: 02 (dois) b) Velocidade: 1,00 m/s c) Capacidade: 10 (dez) passageiros ou 700 kg d) Número de paradas: 4/4 e) Controle de velocidade: VVVF – Variação de tensão e frequência f) Comando: Automático coletivo com seleção na subida e na descida g) Quadro de Comando: Infolev h) Pavimentos: P-2-3-4 i) Percurso: 30 m (estimado)	2 elevadores



	j) Comando em Grupo: Grupo de 02 (dois) elevadores Idade aproximada dos elevadores: 27 anos, tendo passado por uma obra de modernização no ano de 2016	
--	---	--

**Forma de execução do objeto.**

**5.4.** O objeto da contratação será licitado em item único:

ITEM DA LICITAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT
1	Serviços contínuos manutenção preventiva, corretiva em elevadores, incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e o atendimento emergencial para o Edifício Sede da IRF/CGZ	Mês	60

**5.5.** O único item da licitação foi dividido em duas parcelas, que serão executadas de maneiras distintas:

**5.5.1.** Subitem 1.1: parcela que corresponde ao serviço de manutenção propriamente dito será executada de forma fixa e continuada mensalmente

**5.5.2.** Subitem 1.2: parcela que corresponde ao ressarcimento de gastos com compra de peças será executada apenas sob demanda, quando houver necessidade.

ITEM DA LICITAÇÃO	Descrição do item	SUBITEM	Descrição do subitem	Forma de execução
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de 2 elevadores do Edifício Sede da IRF/ Campos dos Goytacazes incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças	1.1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças conforme listagem taxativa	Fixa e continuada
		1.2	Ressarcimento de gastos com compra de peças não incluídas em listagem taxativa	Variável Sob demanda

**5.5.3.** Para a parcela correspondente ao Subitem 1.1, a Contratante pagará à Contratada um valor fixo mensal.

**5.5.4.** Para a parcela correspondente ao Subitem 1.2, a Contratante pagará à Contratada um valor variável, conforme efetiva execução.



**5.5.5.** No valor correspondente à remuneração do Subitem 1.1, está incluído o fornecimento das peças constantes na relação abaixo:

a)	Máquina	Coroa e Sem Fim, rolamentos de escora e dos mancais do eixo da coroa e da polia de tração, gaxetas, juntas de vedação, polia de tração e lubrificantes
b)	Motor	Estator, bobinas de campo e de interpolo, rotores, armadura, coletor, rolamento, buchas, retentores, acoplamento, escovas, conectores óleo do motor e lubrificantes.
c)	Gerador:	Bobinas de campo e interpolo, conectores, armaduras, coletor, buchas, rolamentos, escovas, porta-escovas e lubrificantes.
d)	Freio:	Lonas, sapatas, discos de freio, pinos, buchas, núcleo, bobina, molas, polia, anéis de regulação e articulações.
e)	Controle/Seletor:	Chaves eletromecânicas, painéis temporizados (circuito impresso), resistências, condensadores, relés de tempo e de sobrecarga, transformadores, escovas, contato de cobre e de carvão, bobinas, placas e componentes microprocessados.
f)	Hidráulica:	Bloco de válvulas, motor elétrico, bomba de óleo da central, êmbolo e vedações, tubulações e mangueiras hidráulicas.
g)	Plataforma:	Fuso, centralizador, embreagem cônica, correia e buchas de segurança.
h)	Poço e Passadiço (caixa):	Cabos de tração, cabos do regulador, cabos de compensação, cabos de manobra, corrediças das guias ou roldanas dos cursores, fita de seletor ou sensora, chaves de parada e de fim de curso, rampas, sensores eletrônicos, tensor do regulador, aparelho de segurança, para-choques, operador de portas, suspensão de portas, sinalização e botões da cabina.
i)	Pavimentos:	Fechos eletromecânicos, contatos, suspensão de portas, sistema de proteção de porta, sapatas, botões, fechadores de porta, alavancas, guias, visores, indicadores, lâmpadas, ventoinhas, coxins de cabine, contrapeso, contadoras, display digital dos painéis indicadores da localização do elevador, regulador de velocidade.

**5.5.6.** A relação acima é taxativa.

**5.5.7.** A empresa deverá fornecer também todas as peças que não estão incluídos na relação acima, tendo o valor gasto a aquisição delas ressarcido posteriormente pela Administração.

## Condições de execução

**5.6.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica





- 5.6.1.** A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em data a ser definida em Ordem de início dos Serviços.
- 5.6.2.** Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas, segundo o cronograma de manutenções preventivas previamente entregue à equipe de fiscalização do CONTRATANTE ou através de chamados do CONTRATANTE para atendimento das manutenções corretivas (programáveis e emergenciais).
- 5.6.3.** Toda a mão-de-obra, materiais de consumo, peças, componentes, ferramentas, dispositivos auxiliares e insumos necessários à execução dos serviços ficarão, integralmente, a cargo da empresa contratada, incluindo-se também a desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes.
- 5.6.4.** Todas as manutenções realizadas visam manter ou recuperar o estado de uso e/ou de operação, a fim de que o equipamento e seus componentes sejam funcionais e seguros.
- 5.6.5.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos, mecânicos e de eficiência, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais dos elevadores, análises e reparação de vazamentos, condições de lubrificação dos componentes, limpeza, substituição de peças e insumos.
- 5.6.6.** Os serviços de manutenção deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de técnicos qualificados e treinados, que devem ser adequadamente instruídos para a execução, de forma segura, dos serviços de manutenção elencados no presente instrumento.
- 5.6.7.** Todos os serviços deverão ser prestados de forma continuada e nos prazos estipulados neste instrumento, portanto a CONTRATADA deverá alocar um número suficiente de profissionais, de forma a cumprir com todas as obrigações assumidas.
- 5.6.8.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados nos locais em que os sistemas (elevadores) estão instalados, salvo quando, por motivos técnicos, não puderem ser executados nos locais de uso, quando então poderá haver a retirada do componente defeituoso pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do(s) fiscal(is) do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes e da instalação do CONTRATANTE durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 5.6.9.** A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, para qualquer anormalidade verificada no elevador; e das 17h às 8h do dia



seguinte, ou em finais de semana e feriados para reparo dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine.

**5.6.10.** Por ocasião da execução da primeira manutenção preventiva, deverão ser abrangidas, além das rotinas mensais, também as de caráter trimestral, semestral e anual.

**5.6.11.** A CONTRATADA deverá assumir os serviços que se façam necessários no estado em que se encontra o elevador, sem que isso gere qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, ou seja, por ocasião da realização da primeira manutenção preventiva, que deve ocorrer em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Ordem de início dos Serviços, deverá providenciar a correção de todos os defeitos existentes, bem como substituir todas as peças defeituosas, com exceção dos serviços/materiais de infraestrutura de natureza civil e elétrica que não faça parte do elevador.

**5.6.12.** A CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE, via e-mail, em até 10 (dez) dias após o início de vigência, cronograma físico de execução das manutenções preventivas para o elevador, que deverá compreender todo o período contratado, sendo que qualquer modificação no decorrer do contrato deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à data prevista a realização da manutenção preventiva.

**5.6.13.** A CONTRATADA deverá informar, juntamente com o cronograma previsto no item acima, a identificação completa de seu(s) empregado(s) (Nome, RG, CPF, endereço e telefone), que serão responsáveis por executar os serviços objeto deste Instrumento, a fim de que o representante do CONTRATANTE possa providenciar a(s) autorização (ões) para ingresso do(s) mesmo(s) nos locais onde serão realizadas as manutenções.

**5.6.14.** A garantia mínima dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento destes, sendo que, relativamente ao disposto neste item, aplicam-se também, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**5.6.15.** A CONTRATADA deverá efetuar no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar o recebimento da Ordem de início dos serviços, o levantamento completo das atuais condições dos equipamentos, que são objeto deste instrumento, inclusive suas instalações, suportes e estruturas; e relacionar em laudo o estado e condições de operação, detalhando eventuais irregularidades encontradas, e o planejamento das ações necessárias que adotará para as correções.

**5.6.16.** A CONTRATADA deverá, sem prejuízo da adoção de outras medidas que visem alcançar o perfeito funcionamento dos equipamentos, observar as rotinas de manutenção preventivas mínimas exigidas no Plano conforme Anexo I.



**5.6.17.** A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT).

**5.6.18.** A CONTRATADA deverá providenciar, exclusivamente, a suas expensas todas as ferramentas, equipamentos, aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem ou ajuste, necessários e suficientes para a execução dos serviços, bem assim, deverá identificá-los de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outras CONTRATADAS, sendo também de inteira responsabilidade da CONTRATADA a guarda, manutenção e conservação dos mesmos.

**5.6.19.** A CONTRATADA deverá empregar na execução dos serviços apenas ferramentas e utensílios em bom estado de conservação e apropriados ao uso, inócuo à saúde humana, e cuja aplicação não cause danos ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros.

**5.6.20.** Ficarão a cargo da CONTRATADA todos os custos relativos à disponibilidade, no local onde se realizará a manutenção, das ferramentas, instrumentos e equipamentos (inclusive escadas e andaimes) necessários a realização dos serviços.

**5.6.21.** Os serviços devem ser executados de acordo com a melhor técnica, seguindo as recomendações dos fabricantes, as normas da ABNT e a legislação vigente, sem descuidar, principalmente, das condições estipuladas neste instrumento e seus anexos; utilizando-se sempre todos os materiais, peças, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários à plena, eficaz e eficiente execução dos serviços para cumprimento do escopo.

**5.6.22.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva objetivam o funcionamento pleno dos equipamentos, compreendendo aspectos relacionados à segurança, eficiência e o bom funcionamento de toda a instalação, considerando-se ainda a depreciação natural que sofre qualquer equipamento eletromecânico.

**5.6.23.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, medições, revisão, calibragem, limpeza, lubrificação, troca de óleos, bem assim, a substituição de peças, componentes e acessórios dos elevadores e suas instalações.

**5.6.24.** A CONTRATADA deverá registrar as leituras de operação, medições e testes periódicos em planilhas próprias de acompanhamento, devidamente assinadas pelo técnico que realizá-las.

**5.6.25.** A CONTRATADA deverá sinalizar e proteger os locais em que se derem as execuções dos serviços, visando reduzir a possibilidade de ocorrência de acidentes, bem como mantê-los ou deixá-los limpos e desimpedidos de sujeira e restos de materiais logo após a conclusão dos serviços.



**5.6.26.** A CONTRATADA deverá zelar pelo correto preenchimento de todos os registros de manutenção preventiva e de manutenção corretiva, que deverão ser elaborados em sistema próprio e/ou sistema da CONTRATANTE, sendo as vias devidamente preservadas e acessível às partes.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.7.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

***IRF/Campos dos Goytacazes***

***Av. Rui Barbosa nº 975 - Centro***

***Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro***

**5.8.** Os serviços serão prestados no horário indicado no item 5.6.9.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.9.** A demanda do órgão tem como base as especificações técnicas dos elevadores.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.10.** Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

**5.11.** A Contratante não disponibilizará equipamentos, ferramentas, veículos, equipamentos de segurança, peças, insumos ou bens necessários à execução do contrato

**5.12.** A empresa que vier a ser contratada para a prestação dos serviços e fornecimento dos componentes, peças, módulos e acessórios, deverá fornecer quaisquer ferramentas e equipamentos necessários à execução dos referidos serviços ou previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo do Trabalho.

#### **Manutenção Preventiva**

**5.13.** Entende-se por manutenção preventiva: aquela que tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes do elevador ou plataforma a ser mantido, conservando-os dentro dos



padrões de segurança e eficiência, visando seu perfeito funcionamento, de acordo com os manuais do(s) fabricante(s) do elevador e as normas técnicas específicas a cada ativo/equipamento, devendo ser executadas as seguintes atividades principais:

**5.13.1.** Inspeção - Verificação de determinados pontos das instalações e componentes dos equipamentos, seguindo programa de manutenção, recomendado pelos fabricantes dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

**5.13.2.** Revisão - Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, troca de óleos, limpeza ou reposição de componentes, recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

**5.13.3.** Configuração - Ajustes e parametrização operacional, nos sistemas de supervisão, controladores e/ou instrumentos do sistema para alcançar o funcionamento ideal conforme a demanda local.

**5.14.** A manutenção preventiva deverá ser realizada com visitas mensais para executar o Plano de Manutenção Preventiva estabelecido no Anexo I.

**5.15.** As manutenções preventivas deverão ser executadas, ordinariamente, em dias úteis e durante o horário normal de funcionamento da unidade onde os equipamentos estão instalados.

**5.16.** Os serviços de manutenção preventiva deverão obedecer ao cronograma de manutenções preventivas que for apresentado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para atender o escopo mínimo previsto no Plano de Manutenção Preventiva estabelecido no Anexo I.

**5.16.1.** Caberá à empresa realizar também as tarefas que entender necessárias e que não estejam previstas no Plano de Manutenção Preventiva

**5.17.** Nos serviços de manutenções preventivas estão incluídos toda a mão-de-obra, componentes, peças, materiais e insumos necessários a sua execução, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa Contratada.

**5.18.** Os seguintes prazos mínimos e máximos entre duas manutenções de caráter preventivo deverão ser observados:

**5.18.1.** Manutenções mensais - mínimo de 25 e máximo de 30 dias;

**5.18.2.** Manutenções trimestrais - mínimo de 80 e máximo de 100 dias;

**5.18.3.** Manutenções semestrais - mínimo de 160 e máximo de 200 dias;

**5.18.4.** Manutenções anuais - mínimo de 335 e máximo de 365 dias.



**5.19.** Em locais com condições climáticas e ambientais críticas, como em cidades próximas ao litoral ou ambientes muito empoeirados, a periodicidade de alguns serviços deverá ser reduzida, visando manter o equipamento em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

### **Manutenção Corretiva**

**5.20.** Entende-se por manutenção corretiva aquela que tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, por meio da eliminação de defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como, pela aplicação ou substituição de insumos, peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, aí incluídas as instalações elétrica, hidráulica, estrutural e etc.

**5.21.** A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo. A CONTRATADA deverá, sempre que o CONTRATANTE entender necessário, emitir laudo técnico específico que contenha a discriminação do defeito apresentado e sua origem, sendo que este deverá ser assinado pelo responsável técnico.

**5.22.** Nos serviços de manutenções corretivas estão incluídas: toda a mão-de-obra, componentes, peças, materiais e insumos necessários à execução do serviço, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa CONTRATADA.

**5.23.** A CONTRATADA não poderá usar como justificativa para a não normalização do funcionamento do elevador: a imprudência, a imperícia ou a negligência de seu corpo técnico, ou ainda, a ausência ou má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição, assim também, a falta de material de consumo necessário à execução do serviço.

**5.24.** A manutenção corretiva deverá ser prestada pela Contratada, mediante abertura de um Chamado.

**5.25.** Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos nos prazos definidos na tabela abaixo, sendo que estes prazos terão início de contagem a partir do horário de abertura do chamado e finalização no exato momento do comparecimento do técnico às instalações do CONTRATANTE:

Prioridade	Prazo Máx. de Atendimento	Tipos de Ocorrências
Nível I	2 Horas	Ocorrências que impedem o funcionamento da Unidade ou em que haja pessoas presas na cabine.



Nível II	4 Horas	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento da Unidade, e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.
Nível III	24 Horas	Ocorrências que não comprometem o funcionamento da Unidade, porém incomodam os usuários ou ainda prejudicam a imagem da RFB.

**5.26.** O prazo de atendimento para cada "tipo de ocorrência" e o "nível de prioridade" deverá constar no Chamado aberto pela unidade demandante do CONTRATANTE, conforme a TABELA do item 5.25.

**5.27.** O dia e horário do Chamado, a partir dos quais contarão os prazos para atendimento, na forma deste item, serão registrados pelo fiscal setorial em livro de ocorrências.

**5.28.** A Contratada deverá fornecer no mínimo dois números de telefone, um fixo e um móvel, por meio dos quais serão feitos os Chamados.

**5.28.1.** A empresa deverá oferecer pelo menos um número de telefone para abertura de chamados emergenciais, que funcione 24 horas por dia, durante toda a semana.

**5.29.** Caso a CONTRATADA constata a impossibilidade de atendimento dos prazos previstos na Tabela do item 5.25, no ato do recebimento da demanda, deverá comunicar-se com o CONTRATANTE, apresentando os motivos que possam justificar o descumprimento do prazo e informando o prazo em que poderá realizar o atendimento, podendo esta justificativa ser aceita ou não pelo CONTRATANTE.

**5.29.1.** Caberá ao CONTRATANTE, após análise, acatar ou não as justificativas apresentadas, sendo que, na hipótese de ser aceita a justificativa, o novo prazo sugerido pela CONTRATADA será improrrogável.

**5.30.** A manutenção corretiva, sempre que solicitada, deverá ser realizada, preferencialmente, em dias úteis e no horário compreendido entre 8 e 17 horas.

**5.30.1.** Excepcionalmente, em virtude da urgência ou emergência do caso, segundo avaliação do CONTRATANTE (como por exemplo no caso de haver passageiro preso na cabine), poderá ocorrer em dias e horários não úteis, tais como: feriados, finais de semana e fora do horário de funcionamento ordinário do CONTRANTE.

**5.31.** Havendo necessidade de utilização de peças, componentes, materiais, insumos ou acessórios, o prazo máximo para a conclusão do serviço é de:

**5.31.1.** até 02 (dois) dias úteis, quando as peças, componentes, materiais, insumos e acessórios componham seu estoque ou sejam de fácil aquisição no mercado local





**5.31.2.** e de até 06 (seis) dias úteis quando estas peças, componentes, materiais, insumos e acessórios sejam, comprovadamente, de difícil obtenção no mercado local.

Quando houver necessidade de prazos maiores que os previstos, a Contratada deverá formalizar solicitação, de forma imediata, para o fiscal do CONTRATANTE, com a devida justificativa e propondo novo prazo, que poderá, de forma motivada, ser aceito ou não pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

**5.31.2.1.** Nesse caso, a CONTRATADA deverá adotar medidas mitigatórias aptas a minorarem a falta ou dificuldade de acessibilidade causada pela ineficiência ou inoperância do equipamento.

**5.32.** Não serão aceitas como justificativas para o não cumprimento dos prazos previstos, a imprudência, a imperícia ou negligência da CONTRATADA, além da má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA, ou ainda a falta de material de consumo e a incapacidade em realizar testes.

**5.33.** A Contratada deverá manter livro de registro de ocorrências para a anotação de todas as manutenções corretivas realizadas durante o período do contrato, com a especificação dos serviços realizados e das peças trocadas ser for o caso.

**5.34.** Após a conclusão do serviço de manutenção a CONTRATADA deverá entregar uma das duas vias da Ordem de Serviço (O.S) ao representante do CONTRATANTE, para que seja realizado o fechamento/atesto da O.S., sendo obrigatório que esteja assinada pelo técnico da empresa responsável pela execução do serviço e pelo representante do CONTRATANTE, com a data e o horário de término do serviço.

### **Fornecimento de Peças**

**5.35.** Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todas e quaisquer peças e componentes, cuja substituição se faça necessária para o perfeito funcionamento dos elevadores

**5.36.** A Contratada deverá sempre informar e justificar a necessidade de substituição de peças, equipamentos e acessórios por meio de um laudo técnico emitido, assinado pelo responsável técnico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da constatação da necessidade pelos técnicos da Contratada.

**5.37.** A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços, antes da sua execução. Todas as providências advindas do uso e aplicação de materiais inadequados serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.



**5.38.** Sempre que solicitada, a Contratada deverá fornecer ao fiscal do contrato, para que seja realizada avaliação, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos. O descarte de materiais será de inteira responsabilidade da Contratada e deverá levar em consideração critérios de sustentabilidade.

**5.39.** Todos os materiais ou peças a serem empregados deverão ser novos e originais, comprovadamente de boa qualidade, não podendo ser recondicionados ou reaproveitados, e deverão estar de acordo com as especificações, além de estarem sujeitos à aprovação do fiscal do contrato.

**5.40.** As peças deverão ser substituídas por outras novas, genuínas, com garantia e em conformidade com as especificações técnicas e recomendações do fabricante.

**5.40.1.** Quando forem ofertadas peças com marcas e/ou modelos diferentes das existentes nos equipamentos, a Contratada deverá comprovar a similaridade/equivalência técnica das peças, realizando testes e ensaios previstos por normas, a serem submetidos à análise e aceite prévios do fiscal do contrato. Os custos com testes e ensaios são de responsabilidade da Contratada.

**5.41.** Para substituição de peças e componentes dos elevadores deverá ser observada a qualidade e todas as recomendações do fabricante.

**5.42.** A empresa deverá fornecer, sem custo adicional, as peças constantes na relação do item 5.5.5 deste Termo de Referência, ou seja, o custo do fornecimento dessas peças já está incluído no valor fixo mensal referente ao Subitem 1.1 do objeto da contratação.

**5.43.** A empresa deverá fornecer também todas as peças que não estão incluídos na relação do item 5.5.5, cabendo à Contratante ressarcir o valor gasto pela Contratada posteriormente.

**5.44.** O valor mensal do ressarcimento para compra de materiais ficará limitado ao valor fixado pela Administração.

**5.44.1.** O valor fixado pela Administração é de R\$ 4.349,58 (quatro mil trezentos e quarenta e nove e cinquenta e nove centavos).

**5.44.2.** Em caráter excepcional, quando configurada uma situação de urgência de atendimento, devidamente justificada, poderá ser ressarcido valor superior ao limite, desde que expressamente autorizado pela Contratante, não ultrapassando o valor total anual de R\$ 52.194,96 (cinquenta e dois mil e cento e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).

### **Procedimento de ressarcimento do valor gasto com aquisição de peças**

**5.45.** A Administração ressarcirá à Contratada o valor gasto com a compra de peças que não estão incluídas na relação do item 5.5.5.



- 5.45.1.** A compra de peças que não estão incluídas na relação do item 5.5.5. dependerá de autorização prévia da Contratante.
- 5.45.2.** Não caberá pagamento antecipado do valor a ser gasto com a compra de peças.
- 5.45.3.** O ressarcimento do valor gasto com a compra de peças ocorrerá apenas após o ateste da conclusão do serviço.
- 5.45.4.** O ressarcimento do valor gasto com a compra de peças ocorrerá em um único pagamento, não sendo permitido o pagamento parcelado.
- 5.46.** As peças serão compradas pela Contratada mediante demanda e autorização da Contratante por meio de **Formulário de Autorização de Compra (FAC)**.
- 5.47.** A Administração pagará à empresa contratada o valor da peça que está sendo adquirida, que será calculado na forma exigida pelo Decreto nº 7.983/2013, detalhada abaixo:
- 5.47.1.** A empresa contratada deverá realizar cotação de mercado com fornecedores.
- 5.47.2.** A pesquisa de mercado deverá ser feita com pelo menos 3 (três) fornecedores.
- 5.47.3.** Os fornecedores deverão ser formalmente contactados, devendo apresentar à empresa contratada Orçamento por escrito.
- 5.47.4.** A Administração pagará o menor valor apresentado em pesquisa de mercado, mesmo que o fornecedor que o apresentou não seja escolhido para executar o serviço.
- 5.47.5.** Sobre o menor valor apurado na cotação e mercado, caberá o acréscimo de taxa relativa ao BDI, oferecido pela empresa por ocasião da licitação.
- 5.47.6.** A empresa contratada é livre para escolher o fornecedor do qual comprará o material ou peça.
- 5.47.7.** A empresa contratada deverá apresentar à Administração as cotações realizadas junto aos fornecedores.
- 5.47.8.** A Administração poderá entrar em contato com os fornecedores que foram consultados para confirmar os preços e a veracidade das informações constantes nos orçamentos apresentados.
- 5.48.** Após a aprovação da Administração a contratada deverá providenciar a compra da peça bem como sua entrega no local de prestação do serviço.
- 5.49.** Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade, e estarem comprovadamente de acordo com as especificações necessárias.
- 5.50.** A conferência para o recebimento do material deverá ser feita pela fiscalização da Contratante, que deverá fornecer ciência e manifestar acordo com relação ao recebimento do mesmo, guardando cópia de recibo ou Nota Fiscal assinada.

- 5.51.** Quando o material não corresponder com exatidão ao que foi pedido, ou ainda, apresentar faltas ou defeitos, a contratada deverá providenciar a regularização da entrega com objetivo de atender os serviços de manutenção em tempo hábil.
- 5.52.** O local de descarga do material e toda a movimentação de entrada e saída de carga deverão ser previamente definidos e ser objeto de registro de comum acordo com a fiscalização do conteúdo, garantindo que as instalações estejam adequadas e sejam executados com a maior segurança possível.
- 5.53.** A armazenagem compreende a guarda, localização, segurança e preservação do material adquirido a fim de suprir adequadamente as necessidades operacionais.

#### **Fornecimento de Materiais de Consumo**

- 5.54.** Competirá à Contratada fornecer, sem ônus para a Contratante, materiais de consumo de uso rotineiro nos serviços de manutenção.
- 5.54.1.** Materiais de consumo de uso rotineiro são aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades em relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palhas de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda rosca, colas de longa duração, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), abraçadeiras, nylon, arruelas, pregos, pincéis, parafusos, óleos e outros necessários à execução dos serviços.
- 5.55.** Os produtos empregados na execução dos serviços devem obedecer às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, cabendo à Contratada racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes e substituir na medida do possível substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

#### **Relatórios Técnicos**

- 5.56.** Caberá à Contratada apresentar à Administração os seguintes relatórios:
- 5.56.1.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de início da prestação dos serviços, relatório específico sobre o estado geral dos equipamentos e suas instalações.
- 5.56.2.** Mensalmente, relatório discriminando as atividades de manutenção preventiva e corretiva executadas no período, contendo descrição das rotinas de manutenção; relação de peças e componentes utilizados; datas e mensurações preventivas realizadas e todas as ocorrências de



manutenção corretiva, informando as irregularidades de funcionamento que observar, com as sugestões para correção. Outros itens que se fizerem necessários poderão ser incluídos no relatório mensal, mediante acordo entre o responsável técnico e a fiscalização do contrato.

**5.56.3.** Apresentação Anual do Relatório de Inspeção Anual (RIA), conforme legislação municipal.

**5.57.** Todos os relatórios técnicos deverão ser elaborados pelo responsável técnico indicado pela empresa por ocasião da etapa de habilitação da licitação.

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.58.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

**5.59.** Os funcionários da empresa deverão se apresentar com uniforme da empresa, adequado à atividade a ser desempenhada.

**5.59.1.** Além do uniforme, o funcionário deverá utilizar EPI e crachá de identificação.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.60.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

**6.6.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

**6.7.** O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

**6.8.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Responsável Técnico**

**6.9.** O profissional indicado pela empresa contratada por ocasião da qualificação técnica durante a etapa de habilitação da licitação como responsável técnico pela prestação dos serviços deverá efetivamente acompanhar e supervisionar prestação dos serviços.

**6.10.** O profissional indicado como responsável técnico deverá comparecer ao local de prestação dos serviços sempre que a Administração solicitar sua presença.

**6.11.** O profissional indicado como responsável técnico deverá participar de reuniões sempre que convocados pela Administração.

**6.11.1.** As reuniões com o responsável técnico podem acontecer no edifício sede da IRF/ Campos dos Goytacazes ou, alternativamente, de maneira virtual.

**6.11.2.** As reuniões com os responsáveis técnicos terão a duração estimada de 3 (três) horas, não sendo esse tempo remunerado pela Administração.

**6.12.** O profissional indicado como responsável técnico deverá prestar esclarecimentos sempre que solicitado.

**6.13.** O profissional indicado como responsável técnico poderá ser substituído por outros desde que atendidos os mesmos requisitos exigidos por ocasião da habilitação.

**6.14.** O profissional indicado como responsável técnico deverá elaborar os Relatórios Técnicos exigidos da Contratada.

## **Rotinas de Fiscalização**

**6.15.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

**6.16.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.17.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.18.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.19.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.20.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.21.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.22.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.23.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

**6.24.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.25.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

**6.26.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.26.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.26.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.26.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.26.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.26.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.26.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.





**6.26.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.26.8.** receber e dar encaminhamento imediato:

**6.26.8.1.** às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

**6.26.8.2.** à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **APÊNDICE B**.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.2.1.** não produziu os resultados acordados,

**7.2.2.** deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.3.** deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.4.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.4.1.** Execução acima de 96% das atividades do plano de manutenção preventiva previstas para o mês de apuração (indicador 1 detalhado no APÊNDICE B).

**7.4.2.** Execução acima de 96% das atividades solicitadas para o mês de apuração (indicador 2 detalhado no APÊNDICE B).

**7.4.3.** Cumprimento de mínimo 85% dos chamados corretivos com 1º atendimento dentro do prazo máximo estipulado para o mês de apuração (indicador 3 detalhado no APÊNDICE B).

## **Do recebimento**

- 7.5.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento períodos mensais.
- 7.11.** Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1.** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**7.17.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.18.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.18.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.18.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.18.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.18.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.18.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.19.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.20.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.21.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**



**7.22.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.23.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.24.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.25.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.26.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.27.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.28.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.29.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.30.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.31.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**7.32.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.33.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**7.34.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**7.35.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.36.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.36.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.37.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**



- 7.38.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/06/2025.
- 7.39.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.40.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.41.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.42.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.43.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.44.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.45.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

- 7.46.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.46.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.46.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.46.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum





aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.46.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**7.47.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.2.4.** Multa:





- 8.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
- 8.2.4.2.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**8.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**8.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros



contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, ou seja, o valor de **R\$428.974,80 (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)**.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tido como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.4. Além do critério de aceitabilidade de preço global, será considerado como critério de aceitabilidade unitário o valor da taxa de BDI estimado pela Administração, ou seja, a taxa de **21,59% (vinte e um inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento)**.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.7.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.11.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14.** Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.15.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.16.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.24.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.27.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

**9.27.1.** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

**9.27.2.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.27.3.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.27.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

**9.28. Declaração** de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, na forma do modelo do APÊNDICE C.

**9.28.1.** Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.





**9.29. Certidão** de Registro da empresa no CREA com habilitação para atuação na área de Engenharia Mecânica ou no CRT com habilitação para atuação na área de Engenharia Mecânica.

- 9.29.1.** A Certidão deverá demonstrar que a empresa está em situação ativa e regular.
- 9.29.2.** Não será exigida a comprovação da quitação de taxas administrativas perante o CREA.
- 9.29.3.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### Qualificação Técnico-Operacional

**9.30.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.30.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

**9.30.1.1.** contrato que comprove a experiência mínima de **1 (um)** ano do fornecedor na prestação de **serviço de manutenção de elevadores** preventiva e corretiva prestado de forma continuada a 1 (um) elevador de passageiros com capacidade mínima de 05 (cinco) passageiros ou 350kg (trezentos e cinquenta).

**9.30.1.2.** Para a comprovação do tempo de 1 (um) ano, não será aceito o somatório em atestados.

**9.30.1.3.** Não serão aceitos atestados que se refiram a:

- 9.30.1.3.1.** serviço de instalação de elevadores;
- 9.30.1.3.2.** serviço de elaboração de projetos de elevadores;
- 9.30.1.3.3.** serviço de modernização de elevadores;
- 9.30.1.3.4.** serviço de reparo, conserto ou manutenção corretiva executada de forma pontual ou não continuada.

**9.30.2.** O Atestado de Capacidade Técnica deverá estar acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), se vinculado ao CREA, ou de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), se vinculado ao CRT.



**9.30.3.** Em alternativa ao Atestado de Capacidade Técnica, o fornecedor vinculado ao CREA poderá apresentar Certidão de Acervo Operacional (CAO), estabelecida pela Resolução Confea n.º 1.137, de 31 de março de 2023.

**9.30.4.** Somente serão aceitos Atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, doze meses do início de sua execução;

**9.30.5.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.30.6.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.30.7.** Além do Atestado ou da CAO, a empresa deverá apresentar também outros documentos que sirvam para demonstrar à Administração o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos, como atestados, contratos, termos de referências, projetos, manuais, memoriais ou caderno de especificações.

**9.30.8.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**9.30.9.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.31. Declaração** de que o fornecedor possui **unidade operacional** em local que permita chegar ao Edifício Sede da IRF/ Campos dos Goytacazes em, no máximo, 2 (duas) horas, na forma do modelo do Apêndice D deste Termo de Referência.

**9.31.1.** A unidade operacional deverá possuir estrutura adequada à realização das tarefas relacionadas à manutenção de elevadores.

**9.31.2.** Será considerada como estrutura adequada aquela que disponha de aparelhamento e ferramental.

**9.31.3.** A Administração poderá realizar diligência para verificar o atendimento das condições do item 9.31 e subitens correspondentes.

**9.32.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



**9.33.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

**9.34.** **Declaração** onde a licitante indique o profissional que atuará como responsável técnico pelos serviços a serem prestados, na forma abaixo e conforme modelo do Apêndice E:

**9.34.1.** Engenheiro Mecânico, vinculado ao CREA, ou Técnico em Mecânica, vinculado ao CRT.

**9.34.2.** O profissional indicado deverá comprovar experiência profissional, na forma do item 9.36.

**9.34.3.** O profissional acima indicado deverá supervisionar a prestação do serviço, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.34.4.** O profissional indicado como responsável técnico não precisa constar como responsável técnico pela empresa licitante junto ao CREA ou junto ao CRT.

**9.35.** **Carteira** de identidade profissional do profissional indicado como responsável técnico pelo serviço a ser prestados.

**9.36.** A comprovação da qualificação técnico-profissional do profissional indicado pela licitante na Declaração do item 9.34 para atuar como responsável técnico pelo serviço a ser prestados será feita por meio da apresentação de **Anotação de Responsabilidade Técnica** em nome do Engenheiro Mecânico ou de **Termo de Responsabilidade Técnica** em nome do Técnico em Mecânica indicado que demonstre ter realizado a supervisão do serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador prestado de forma continuada a 1 (um) elevador de passageiros com capacidade de 05 (cinco) passageiros ou 350kg (trezentos e cinquenta).

**9.36.1.** Para a comprovação do tempo de 1 (um) ano, não será aceito o somatório em atestados.

**9.36.2.** Não serão aceitos atestados que se refiram a:

**9.36.2.1.** serviço de instalação de elevadores;

**9.36.2.2.** serviço de elaboração de projetos de elevadores;

**9.36.2.3.** serviço de modernização de elevadores;

**9.36.2.4.** serviço de reparo, conserto ou manutenção corretiva executada de forma pontual ou não continuada.

**9.36.3.** A comprovação acima poderá ser feita por meio da apresentação da CAT do Engenheiro ou do Técnico.



**9.36.4.** Além da ART ou da CAT, a empresa deverá apresentar também outros documentos que sirvam para demonstrar à Administração o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos, como atestados, contratos, termos de referências, projetos, manuais, memoriais ou caderno de especificações.

**9.36.5.** Somente serão aceitos ARTs ou TRTs expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, doze meses do início de sua execução;

**9.37.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**9.38.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

**9.39.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.40.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.40.1.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.40.2.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.41.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**



**9.42.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**9.42.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**9.42.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**9.42.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.42.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**9.42.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**9.42.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**9.42.6.1.** ata de fundação;

**9.42.6.2.** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**9.42.6.3.** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**9.42.6.4.** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

**9.42.6.5.** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

**9.42.6.6.** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

**9.42.6.7.** última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$428.974,80 (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO = VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO GLOBAL  5 ANOS
1	Serviços contínuos manutenção preventiva, corretiva em elevadores, incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e o atendimento emergencial para o Edifício Sede da IRF/CGZ	3557	Mês	60	R\$ 7.149,58	R\$ 428.974,80

**10.2** O valor unitário do item deverá refletir a soma dos Subitens 1.1 e 1.2, sendo o item 1.2 invariável, conforme valores constantes da tabela abaixo:

ITEM	SUBITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO GLOBAL 5 ANOS
1	1.1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças conforme listagem taxativa	mês	60		
	1.2	Ressarcimento de gastos com compra de peças não incluídas em listagem taxativa	mês	60	R\$ 4.349,58	
					<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL  =  Somatório Subitem 1.1 + Subitem 1.2</b>	Somatório Subitem 1.1 + Subitem 1.2

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 00001/170116;
- II) Fonte de recursos: 1032000000;
- III) Programa de trabalho: 04122003220000001;
- IV) Elemento de despesa: 33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS
- V) Plano interno: OUTRCUSTEIO.

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**12.2.** São anexos a este Termo de Referência:

Apêndice A	Plano de Manutenção Preventiva
Apêndice B	Instrumento de Medição de Resultados
Apêndice C	Modelo de Declaração do 9.28 – Declaração de conhecimento (vistoria)
Apêndice D	Modelo de Declaração do 9.31 – Declaração de indicação de unidade operacional
Apêndice E	Modelo de Declaração do 9.34 – Declaração de indicação de responsável técnico



**APÊNDICE "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA  
PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Preventiva														
Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração [min]	Qtde. Horas/ano	Cargo1	CBO1
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Cabina	1	Realizar teste de funcionamento para identificar anormalidades, quanto à vibração, ruído, nivelamento de pavimentos e portas, conforto e suavidade nos movimentos e paradas.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Geral	2	Executar a lubrificação de todos os componentes, conforme especificação do fabricante.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Redutores	3	Verificar a ocorrência de vazamentos de óleo dos redutores.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Redutores	4	Verificar o nível de óleo dos redutores. Completar ou substituir conforme especificação do fabricante.	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Geral	5	Realizar a limpeza geral da casa de máquinas, da área do poço e da máquina de tração.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Polias	6	Verificar as polias de tração (motriz) e as polias de desvio, quanto à fixação, vibração, desgastes e funcionamento.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Elementos de Tração	7	Verificar os elementos de tração (cabos ou cintas de aço), quanto ao correto tensionamento, fixação, desgastes e equalização.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Iluminação	8	Verificar o funcionamento da iluminação de emergência no caso de falta de energia elétrica.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Dispositivos de Segurança	9	Verificar todos os dispositivos de segurança e de operação (fins de curso, sensores indutivos, fotoelétricos, chaves eletrônicas, botão de emergência e outros), quanto à fixação e funcionamento.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Dispositivos de Segurança	10	Verificar a caixa de ligação de todos os dispositivos de segurança e de operação, quanto à fixação, vedação e estado das conexões.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Limitador de Velocidade	11	Verificar o limitador de velocidade e seus componentes, quanto à fixação, desgastes e funcionamento.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Barreira de Segurança	12	Verificar o funcionamento do dispositivo de proteção contra esmagamento da porta da cabina (barreira de segurança).	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Intercomunicador	13	Realizar teste de funcionamento do intercomunicador para identificar anormalidades, quanto à existência de ruídos e falha na comunicação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Iluminação	14	Verificar a iluminação interna e externa, quanto à existência de lâmpadas apagadas.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Iluminação	15	Verificar as luminárias, quanto ao estado de conservação e fixação.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Tomadas	16	Verificar as tomadas de serviço e interruptores, quanto à fixação, desgastes e funcionamento, se aplicável.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Casa de Máquinas	17	Verificar a porta da casa de máquinas, quanto ao estado de conservação e funcionamento dos componentes e acessórios (fechadura, mola hidráulica e outros).	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Estrutura	18	Verificar os suportes metálicos que sustentam os equipamentos e os componentes fixados na estrutura do elevador e guias, quanto à fixação, desgastes e corrosão.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Cortina de Cabos	19	Verificar a cortina de cabos elétricos (cabos de manobra) durante a movimentação do elevador, quanto ao funcionamento e fixação.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Condutores Elétricos	20	Verificar os condutores elétricos, quanto à organização, identificação e estado de conservação dos cabos.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Eletrodutos	21	Verificar as bandejas, os eletrodutos e as caixas de passagens, quanto à fixação e corrosão.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Quadros Elétricos	22	Verificar os quadros elétricos, quanto à vedação, ventilação ou exaustão e fixação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Quadros Elétricos	23	Realizar a limpeza dos quadros elétricos e seus respectivos componentes.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Quadros Elétricos	24	Verificar as luminárias dos quadros elétricos, quanto ao funcionamento, estado de conservação e fixação, se aplicável.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05

Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Componentes Elétricos	25	Verificar os componentes elétricos e eletrônicos (relés, contadoras, CLP, inversores de frequência, chaves de partida suave, cartões eletrônicos e outros), quanto à fixação, conexões, funcionamento, estado de conservação e limpeza.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Câmeras	26	Verificar o funcionamento das câmeras e monitores de vídeo, se aplicável.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Aterramento	27	Verificar os pontos de aterramento, quanto ao rompimento de condutores e estado de conservação das conexões.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Console	28	Verificar as botoeiras, os sinalizadores luminosos, o display e os demais componentes que integram o console (painel) de operação da cabina e dos pavimentos, quanto à fixação, funcionamento e estado de conservação.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Botoeira de Inspeção	29	Verificar a botoeira de inspeção no topo da cabina, quanto à fixação, funcionamento e estado de conservação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Botão de Emergência	30	Verificar o funcionamento do botão de emergência no fundo do poço.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Console	31	Verificar as identificações dos comandos do console (painel) de operação da cabina, dos pavimentos do equipamento e a própria identificação do equipamento.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Indicadores de Sentido	32	Verificar o funcionamento dos indicadores de sentido da cabina e de pavimento, se aplicável.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Exaustor	33	Verificar o funcionamento do sistema de exaustão da cabina, se aplicável.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Anunciador por Voz	34	Verificar o funcionamento do sistema anunciador por voz, se aplicável.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Portas	35	Verificar as portas da cabina e dos pavimentos, quanto ao funcionamento, travamento, folgas, desalinhamento e fixação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Portas	36	Verificar o funcionamento do dispositivo de destravamento das portas.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Cabina	37	Verificar a estrutura interna e externa da cabina, quanto ao estado de conservação e corrosão.	Unid		min/unid	S	2		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Cabina	38	Verificar os revestimentos e os acabamentos das laterais, do teto e do piso da cabina, quanto ao estado de conservação e fixação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Sinalização	39	Verificar os avisos e as etiquetas de sinalização de segurança, quanto ao estado de conservação e limpeza.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	40	Verificar a caixa borne dos motores elétricos e seus acessórios, quanto à fixação, vedação, desgastes e estado das conexões.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Elementos de Máquina	41	Verificar os componentes mecânicos (correntes, correias, engrenagens, fusos, mancais, trilhos, guias, eixos e outros), quanto ao correto tensionamento, alinhamento, lubrificação, desgastes, estado de conservação e limpeza.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Elementos de Máquina	42	Realizar o tensionamento, ajustes e alinhamento dos componentes mecânicos (correntes, correias, engrenagens, fusos, mancais, trilhos, guias, eixos e outros), conforme especificação do fabricante.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Guias	43	Verificar se há excesso de óleo e graxa nas extremidades das guias.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Sistema de Freios	44	Verificar o sistema de freio dos motores de tração e do operador de portas, quanto ao funcionamento, folgas e desgastes dos componentes.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Sistema de Freios	45	Regular o sistema de freios dos motores de tração e do operador de portas conforme especificação do fabricante, se aplicável.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Para-choques	46	Verificar o para-choque, quanto ao estado de conservação, fixação e desgastes.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	47	Realizar teste para comprovação das velocidades de operação.	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Pescador de Carga	48	Verificar o dispositivo pesador de carga, se aplicável.	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Dispositivos de Segurança	49	Verificar o dispositivo de operação de emergência em caso de incêndio, se aplicável.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05

Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	50	Verificar o limitador de tempo de funcionamento do motor quanto ao funcionamento e condição de operação.	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Sistema de Freios	51	Verificar o freio de segurança e os meios de proteção da sobrevelocidade do carro ascendente, quanto ao funcionamento, desgastes e fixação, se aplicável.	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	RIA	52	Realizar e emitir Relatório de Inspeção Anual (RIA)	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	53	Medir, registrar e analisar os valores das correntes elétricas do motor de tração. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	54	Medir, registrar e analisar os valores das tensões elétricas de alimentação do motor de tração. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	55	Medir, registrar e analisar os valores de resistência de isolamento das bobinas do motor de tração. Realizar a medição entre as bobinas e bobinas e a terra.	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Máquina de Tração	56	Medir, registrar e avaliar os valores das vibrações da máquina de tração para identificar anormalidades em seus componentes.	Unid		min/unid	S	2		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Quadros Elétricos	57	Realizar termografia do(s) quadro(s) elétrico(s). Registrar e avaliar as imagens termográficas. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	Unid		min/unid	S	2		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Motores	58	Realizar termografia do motor de tração. Registrar e avaliar as imagens termográficas. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Elevadores	Passageiros	Elevador Elétrico	Testes	59	Realizar análise de lubrificantes e avaliar resultados para identificar as condições e possíveis falhas de componentes, se aplicável.	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Testes	60	Realizar teste de funcionamento para identificar anormalidades, quanto à vibração, ruído, nivelamento de pavimentos e portas, conforto e suavidade nos movimentos e paradas.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Geral	61	Executar a lubrificação de todos os componentes, conforme especificação do fabricante.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Redutores	62	Verificar a ocorrência de vazamentos de óleo dos redutores.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Redutores	63	Verificar o nível de óleo dos redutores. Completar ou substituir conforme especificação do fabricante.	Unid		min/unid	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Geral	64	Realizar a limpeza geral da área do poço e da máquina de tração.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Fuso	65	Verificar fuso, quanto à fixação, vibração, desgastes e funcionamento.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Dispositivos de Segurança	66	Verificar todos os dispositivos de segurança e de operação (fins de curso, sensores indutivos, fotoelétricos, chaves eletrônicas, botão de emergência e outros), quanto à fixação e funcionamento.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Dispositivos de Segurança	67	Verificar a caixa de ligação de todos os dispositivos de segurança e de operação, quanto à fixação, vedação e estado das conexões.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Limitador de Velocidade	68	Verificar o limitador de velocidade e seus componentes, quanto à fixação, desgastes e funcionamento.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Iluminação	69	Verificar a iluminação interna e externa, quanto à existência de lâmpadas apagadas.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Tomadas	70	Verificar as tomadas de serviço e interruptores, quanto à fixação, desgastes e funcionamento, se aplicável.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Estrutura	71	Verificar os suportes metálicos que sustentam os equipamentos e os componentes fixados na estrutura do elevador e guias, quanto à fixação, desgastes e corrosão.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Cortina de Cabos	72	Verificar a cortina de cabos elétricos (cabos de manobra) durante a movimentação do elevador, quanto ao funcionamento e fixação.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Condutores Elétricos	73	Verificar os condutores elétricos, quanto à organização, identificação e estado de conservação dos cabos.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Eletrodutos	74	Verificar as bandejas, os eletrodutos e as caixas de passagens, quanto à fixação e corrosão.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05

Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Quadros Elétricos	75	Verificar os quadros elétricos, quanto à vedação, ventilação ou exaustão e fixação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Quadros Elétricos	76	Realizar a limpeza dos quadros elétricos e seus respectivos componentes.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Quadros Elétricos	77	Verificar as luminárias dos quadros elétricos, quanto ao funcionamento, estado de conservação e fixação, se aplicável.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Aterramento	78	Verificar os pontos de aterramento, quanto ao rompimento de condutores e estado de conservação das conexões.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Botoeiras	79	Verificar as botoeiras de operação da cabina e dos pavimentos, quanto à fixação, funcionamento e estado de conservação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Botoeira de Inspeção	80	Verificar a botoeira de inspeção no topo da cabina, quanto à fixação, funcionamento e estado de conservação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Botão de Emergência	81	Verificar o funcionamento do botão de emergência no fundo do poço.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Portas	82	Verificar as portas da cabina e dos pavimentos, quanto ao funcionamento, travamento, folgas, desalinhamento e fixação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Portas	83	Verificar o funcionamento do dispositivo de destravamento das portas.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Cabina	84	Verificar a estrutura interna e externa da cabina, quanto ao estado de conservação e corrosão.	Unid		min/unid	S	2		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Cabina	85	Verificar os revestimentos e os acabamentos das laterais, do teto e do piso da cabina, quanto ao estado de conservação e fixação.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Sinalização	86	Verificar os avisos e as etiquetas de sinalização de segurança, quanto ao estado de conservação e limpeza.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Motores	87	Verificar a caixa borne dos motores elétricos e seus acessórios, quanto à fixação, vedação, desgastes e estado das conexões.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Elementos de Máquina	88	Verificar os componentes mecânicos (correntes, correias, engrenagens, fusos, mancais, trilhos, guias, eixos e outros), quanto ao correto tensionamento, alinhamento, lubrificação, desgastes, estado de conservação e limpeza.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Elementos de Máquina	89	Realizar o tensionamento, ajustes e alinhamento dos componentes mecânicos (correntes, correias, engrenagens, fusos, mancais, trilhos, guias, eixos e outros), conforme especificação do fabricante.	CJ		min/cj	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Guias	90	Verificar se há excesso de óleo e graxa nas extremidades das guias.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Sistema de Freios	91	Verificar o sistema de freio dos motores de tração e do operador de portas, quanto ao funcionamento, folgas e desgastes dos componentes.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Sistema de Freios	92	Regular o sistema de freios dos motores de tração e do operador de portas conforme especificação do fabricante, se aplicável.	Unid		min/unid	M	12		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Para-choques	93	Verificar o para-choque, quanto ao estado de conservação, fixação e desgastes.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Testes	94	Realizar teste para comprovação das velocidades de operação.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Geral	95	Verificar os meios de proteção da sobrevelocidade do carro ascendente, quanto ao funcionamento, desgastes e fixação, se aplicável.	CJ		min/cj	T	4		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	RIA	96	Realizar e emitir Relatório de Inspeção Anual (RIA).	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Motores	97	Medir, registrar e analisar os valores de resistência de isolamento das bobinas do motor de tração. Realizar a medição entre as bobinas e bobinas e a terra.	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Máquina de Tração	98	Medir, registrar e avaliar os valores das vibrações da máquina de tração para identificar anormalidades em seus componentes.	Unid		min/unid	S	2		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Motores	99	Realizar termografia do motor de tração. Registrar e avaliar as imagens termográficas. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	Unid		min/unid	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05
Plataformas Ace	Vertical	Plataforma Acessibilidade	Testes	100	Realizar análise de lubrificantes e avaliar resultados para identificar as condições e possíveis falhas de componentes, se aplicável.	CJ		min/cj	A	1		0	Técnico em Eletromecânica	3003-05



**APÊNDICE “B” AO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**  
**Pregão Eletrônico nº 900xx/2025 – UASG 170116**  
**Contratação de serviços de manutenção dos elevadores do Edifício Sede da IRF/CGZ**  
*Processo Administrativo nº 10707-720.1662025-17*

A verificação da adequada prestação dos serviços será realizada com base nos indicadores de nível de serviço “Índice de cumprimento de manutenção preventiva” e “Índice de cumprimento de manutenção corretiva programada” definidos neste anexo.

1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, o que poderá ser aceito pela Administração, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.
2. A CONTRATADA deverá executar os serviços nos prazos informados nas Ordens de Serviços emitidas para execução de serviços preventivos e corretivos programados.
3. Os serviços urgentes ou emergenciais deverão ser executados pela CONTRATADA respeitando o tempo máximo para o início do atendimento.
4. A CONTRATADA deverá utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço com qualidade e quantidade exigidas pelo Termo de Referência.

INDICADOR 1	
Índice de cumprimento de manutenção preventiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as atividades do plano de manutenção preventiva sejam executadas conforme ciclo previsto.
Meta a cumprir	Executar acima de 96% das atividades previstas para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Ordem de serviço de manutenção preventiva fechada com o aceite do fiscal/cliente. Cada ativo deverá ter uma ordem de serviço mensal, ou seja, individual com todas as atividades previstas para o período listadas.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades previstas (plano de manutenção preventiva) x realizadas (aceitas nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	$ICMPV = \frac{Qtde \text{ atividades preventivas realizadas}}{Qtde \text{ atividades preventivas previstas}}$
Início de Vigência	Data da ordem de início de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	96% < ICMPV ≤ 100% : 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; 93% < ICMPV ≤ 96% : 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; 90% < ICMPV ≤ 93% : 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; ICMPV ≤ 90% : 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.



Sanções adicionais	Acima de 03 ocorrências, consecutivas ou não, para resultados do ICMCPV $\leq 90\%$ poderá dar causa rescisão contratual e aplicação de outras sanções contratuais.
--------------------	---

INDICADOR 2	
Índice de cumprimento de manutenção corretiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as atividades de manutenção corretiva (programadas e não programadas) sejam executadas.
Meta a cumprir	Executar acima de 96% das atividades solicitadas para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Ordem de serviço de manutenção corretiva fechada com o aceite do fiscal/cliente. Cada intervenção corretiva deverá ter uma ordem de serviço, com a programação autorizada para o período e a identificação do ativo.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades (corretivas solicitadas) x realizadas (aceitas nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	$ICMCP = \text{Qtde atividades corretivas realizadas} / \text{Qtde atividades corretivas previstas}$
Início de Vigência	Data da ordem de início de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	$96\% < ICMCP \leq 100\%$ : 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; $93\% < ICMCP \leq 96\%$ : 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; $90\% < ICMCP \leq 93\%$ : 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; $ICMCP \leq 90\%$ : 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.
Sanções adicionais	Acima de 03 ocorrências, consecutivas ou não, para resultados do ICMCP $\leq 90\%$ poderá dar causa rescisão contratual e aplicação de outras sanções contratuais.

INDICADOR 3	
Índice de cumprimento de prazo do 1º atendimento	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os chamados para manutenção corretiva sejam atendidos dentro do prazo máximo para cada nível de prioridade.
Meta a cumprir	Prestar o 1º atendimento dentro do prazo máximo estipulado para 85% dos chamados para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Registro na Ordem de serviço de manutenção corretiva do horário de chegada do técnico na unidade onde o(s) ativo(s) estão instalados. Cada intervenção corretiva deverá ter uma ordem de serviço, com a data e hora do chamado e a identificação do ativo.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades (corretivas solicitadas) x Qtde. de 1º atendimento no prazo (horários registrados nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	$ICPA = \text{Qtde 1º atendimento no prazo} / \text{Qtde atividades corretivas solicitadas}$ (resultado sem casa decimal, arredondamento: se o algarismo da primeira casa decimal for maior ou igual a 5 – para cima)
Início de Vigência	Data da ordem de início de serviço





Faixas de ajuste no pagamento	$85\% \leq \text{ICPA} : 100\%$ do valor dos custos fixos faturado no mês; $80\% \leq \text{ICPA} < 85\% : 97\%$ do valor dos custos fixos faturado no mês; $75\% \leq \text{ICPA} < 80\% : 94\%$ do valor dos custos fixos faturado no mês; $\text{ICPA} < 75\% : 90\%$ do valor dos custos fixos faturado no mês.
-------------------------------	--



APÊNDICE “C” AO TERMO DE REFERÊNCIA  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

*A empresa deve escolher uma das opções de texto abaixo em sua Declaração:*

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA que **realizou vistoria nos elevadores do Edifício Sede da IRF/ Campos dos Goytacazes**, e que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

----- OU -----

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA que **não realizou vistoria nos elevadores do Edifício Sede da IRF/ Campos dos Goytacazes**, mas que, apesar disso, tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

*A declaração deve ser assinada pelo responsável técnico da empresa*

\_\_\_\_\_  
*assinatura do declarante (responsável técnico)*

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Documento de Identidade \_\_\_\_\_ inscrição no CREA \_\_\_\_\_



**APÊNDICE “D” AO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE UNIDADE OPERACIONAL**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, DECLARA que, para fins do Pregão Eletrônico nº 90008/2025 da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, que possui unidade operacional no endereço \_\_\_\_\_ e que a unidade operacional possui estrutura adequada à realização das tarefas relacionadas à manutenção de elevadores.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
*assinatura do declarante*

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Documento de Identidade \_\_\_\_\_



**APÊNDICE “E” AO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, DECLARA que, para fins do Pregão Eletrônico nº 90008/2025 da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, o profissional abaixo indicado será o responsável técnico pela prestação do serviço objeto da contratação:

Especialidade	Nome do Profissional	Inscrição no Conselho Profissional	CPF	Nº de identidade
Engenharia Mecânica ou Técnico em Mecânica				

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
assinatura do declarante

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Documento de Identidade \_\_\_\_\_



ANEXO "II" AO EDITAL - Modelo de Proposta de Preços  
Pregão Eletrônico nº 90008/2025 – UASG 170116

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/ 2025, que tem como objeto a contratação do serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes, apresento a seguinte proposta de preço.

ITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Global 5 Anos
ITEM 1	Serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes	Serviço mensal	60			

Validade desta proposta: ( \_\_\_\_ ) dias.

Valor total da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

Declaro que se vincula a esta proposta a Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada na licitação e que a taxa de BDI oferecida é de \_\_\_\_\_ % ( \_\_\_\_\_ ).

DADOS DA EMPRESA			
Nome da Empresa:			
CNPJ:		CREA:	
Endereço:			
E-mail:			
Telefones			

DADOS PARA PAGAMENTO		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
(Identificação e assinatura eletrônica do representante legal)

## PREGÃO ELETRÔNICO 90004/2025 - UASG 170116

Contratação de serviços contínuos manutenção preventiva, corretiva em elevadores, incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e o atendimento emergencial para o Edifício Sede da Inspeção da Receita Federal do Brasil

## Planilha de Custos e Formação de Preços

Nº da Licitação:	90004/2025	Nº Processo:	10707-720.166/2025-17	Data da sessão	
Nome da empresa:				CNPJ	
Endereço da empresa:					
Contatos da empresa:					

## QUADRO RESUMO - PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	Descrição do item	CATSER	ND	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Global
ITEM 1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de 2 elevadores do Edifício Sede da IRF/ Campos dos Goytacazes incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças	3557	339039-16	mês	60	R\$ 7.149,58	R\$ 85.794,96	R\$ 428.974,80
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA								R\$ 428.974,80

## INSTRUÇÕES PARA OS LICITANTES:

Preencher apenas células em azul  
Os valores nas células em amarelo são os valores a serem informados no sistema  
Preservar fórmulas e cálculos automatizados  
Solicitar esclarecimentos se necessário



Contratação de serviços contínuos manutenção preventiva, corretiva em elevadores, incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e o atendimento emergencial para o Edifício Sede da Inspeção da Receita Federal do Brasil

PLANILHA DE DETALHAMENTO - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

QUANTIDADE DE ELEVADORES		2
DURAÇÃO DO CONTRATO	Anos	5
	Meses	60

SUBITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA DO SERVIÇO	QUANTIDADE	Valor Estimado Mensal por Elevador	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual	Valor Estimado Global
1.1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças conforme listagem taxativa	mês	60	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00	R\$ 168.000,00

SUBITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA DO SERVIÇO	QUANTIDADE	BDI	Valor Mensal fixado pela Administração com BDI	Valor Anual fixado pela Administração com BDI	Valor Global fixado pela Administração com BDI	Valor Estimado Mensal sem BDI	Valor Estimado Anual sem BDI	Valor Estimado Mensal sem BDI
1.2	Ressarcimento de gastos com compra de peças não incluídas em listagem taxativa	mês	60	21,59%	R\$ 4.349,58	R\$ 52.194,96	R\$ 260.974,80	R\$ 3.577,25	R\$ 42.927,02	R\$ 214.635,09

Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual	Valor Estimado Global
SUBITEM 1.1 + SUBITEM 1.2	SUBITEM 1.1 + SUBITEM 1.2	SUBITEM 1.1 + SUBITEM 1.2
R\$ 7.149,58	R\$ 85.794,96	R\$ 428.974,80

**PREGÃO ELETRÔNICO 90004/2025 - UASG 170116**

*Contratação de serviços contínuos manutenção preventiva, corretiva em elevadores, incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e o atendimento emergencial para o Edifício Sede da Inspeção da Receita Federal do Brasil*

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE BDI**

COMPONENTE	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	PERCENTUAL TOTAL
<b>AC</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		<b>3,45</b>
	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45	
<b>T</b>	<b>TRIBUTOS</b>		<b>8,65</b>
	ISS	5,00	
	PIS	0,65	
	Cofins	3,00	
	<b>SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS</b>		<b>1,33</b>
S	SEGURO + GARANTIA	0,48	
R	RISCO	0,85	
G	GARANTIA		
<b>Df</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>0,85</b>
	DESPESAS FINANCEIRAS	0,85	
<b>L</b>	<b>LUCRO</b>		<b>5,11</b>
	LUCRO	5,11	

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Fonte: Tribunal de Contas da União - Acórdão nº 2622/2013

Onde:

**FÓRMULA  
MATEMÁTICA DO  
CÁLCULO DO BDI**

<b>AC</b>	Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
<b>S</b>	Taxa representativa de Seguros
<b>R</b>	Taxa representativa de Riscos
<b>G</b>	Taxa representativa de Garantias
<b>DF</b>	Taxa representativa das Despesas Financeiras
<b>L</b>	Taxa representativa do Lucro
<b>T</b>	Taxa representativa da Incidência de Tributos

<b>CÁLCULO DO BDI</b>	<b>BDI CALCULADO (%)</b>	<b>21,58773858</b>
	<b>BDI CONSIDERADO (%)</b> 2 casas decimais	<b>21,59</b>



ANEXO IV AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 10707-720.166/2025-17)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE  
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375, 3º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro (estado do Rio de Janeiro), inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0107-08, neste ato representada por ....., Sr. ...., nomeado pela Portaria ....., publicada no DOU de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 10707-720.166/2025-17 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação do **serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goycatazes**, a ser prestado sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT
------	---------------	--------------	-------



1	serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Sede da Inspeção da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goycatazes	serviço mensal	60
---	---	----------------	----

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados de \_\_\_\_\_, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor global de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR GLOBAL 5 ANOS
1	Serviços contínuos manutenção preventiva, corretiva em elevadores, incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e o atendimento emergencial para o Edifício Sede da IRF/CGZ	Mês	60	R\$	R\$	R\$

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.3. O preço acima corresponde ao item único da licitação, sendo decomposto em dois subitens, na forma detalhada na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada na licitação:

SUBITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA DO SERVIÇO	QUANT.	Valor Mensal por Elevador	Quantidade de Elevadores	Valor Mensal	Valor Global 5 Anos
---------	-------------------	------------------------------------	--------	------------------------------	--------------------------------	--------------	------------------------



1.1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores incluindo atendimento de emergência e o fornecimento de peças conforme listagem taxativa	mês	60	2		
-----	---	-----	----	---	--	--

SUBITEM	Descrição do item	UNIDADE DE MEDIDA DO SERVIÇO	QUANT.	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual	Valor Estimado Global 5 Anos
1.2	Ressarcimento de gastos com compra de peças não incluídas em listagem taxativa	mês	60	R\$ 4.349,58	R\$ 52.194,96	R\$ 260.974,80

5.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. Para o pagamento da parcela correspondente ao subitem 1.2, incide pagamento ao CONTRATADO de taxa de BDI de \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_), conforme detalhamento da proposta na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada na licitação.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:





- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



- 9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
  - 9.5.6. Prova de inexistência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: IRF/Campos dos Goytacazes - Av. Rui Barbosa nº975 - Centro - Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro.
- 9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;





9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.3. florestas plantadas; e

9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou



do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de





suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



13.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.6. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11.3. Das indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 00001/170116;
- II) Fonte de recursos: \_\_\_\_\_;
- III) Programa de trabalho: \_\_\_\_\_;
- IV) Elemento de despesa: \_\_\_\_\_; e
- V) Plano interno: OUTRCUSTEIO; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, [dia] de [mês] de 2025

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

### TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO “V” AO EDITAL**  
**Modelo de Declaração de Ausência de Nepotismo**  
**Pregão Eletrônico nº 90008/2025 – UASG 170116**

A empresa .....,  
Inscrita no CNPJ nº ....., com sede na.....  
....., por  
intermédio de seu representante legal, o  
Sr.(a).....,  
infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do  
CPF/MF nº ....., para os fins de classificação de sua proposta nessa  
dispensa licitação, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto 7.203, de 4 de junho de 2010,  
e no inciso IV do artigo 5º da Portaria ME nº 1.144, de 03 de fevereiro de 2021, DECLARA  
expressamente, sob penas da lei, que não possui relação familiar ou de parentesco, por  
consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante que importe  
a prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a autoridade contratante que exerça função de confiança na  
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 07ª Região Fiscal.

**PARENTES EM LINHA RETA**

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, madrasta/padrasto, enteado/enteada do agente público
2º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô, avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô, bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

**PARENTES EM LINHA COLATERAL**

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	----	----
2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público



Na hipótese de possuir relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante, informe o nome do agente público:  
NOME COMPLETO DO AGENTE PÚBLICO: .....  
CPF DO AGENTE PÚBLICO: .....

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Observações:

- 1) Esta Declaração deverá ser anexada juntamente com os documentos de proposta
- 2) Esta Declaração é um modelo meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, poderá elaborar sua própria Declaração, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade.